
Entre a teoria e a liberdade: pluralizando os arquivos das Relações Internacionais a partir de fabulações críticas sobre Esperança Garcia

Between theory and freedom: pluralizing the archives of International Relations from critical fabulations about Esperança Garcia

Maria Lidia Mattos Valdivia¹ 

DOI: [10.22478/ufpb.2525-5584.2024v9n1.65790]

Recebido em: 11/02/2023

Aprovado em: 22/04/2024

Resumo: Neste artigo, busco engajar produtivamente com o silêncio e com as violências contidas nos arquivos disponíveis sobre a vida de mulheres afro-brasileiras em cativeiro a partir de um alargamento e de um aprofundamento do conceito (e da prática) de teorizar desenvolvido por feministas negras, pós-coloniais, decoloniais e pós-estruturalistas. Sobretudo a partir de um questionamento acerca dos arquivos da disciplina de Relações Internacionais considerados legítimos e neutros, busco apresentar formas outras de conceber a epistemologia por meio da relação entre a literatura feminista negra, o conceito de fabulação crítica de Saidiya Hartman, e o conceito de interrupção crítica como proposto por David Kazanjian. Ao invés de tentar preencher os silêncios do escasso arquivo colonial sobre a vida de mulheres negras em cativeiro, este exercício permite imaginar criticamente seus modos de teorizar sobre o mundo ao seu redor a partir de interrupções às narrativas dominantes sobre elas, trazendo outras relações, dinâmicas e experiências como centrais para a produção epistemológica e, principalmente, para a produção de conhecimento sobre o internacional. Para realizar tal movimento, tomo como exercício imaginativo o escasso arquivo sobre Esperança Garcia, uma mulher negra escravizada reconhecida pela Ordem dos Advogados, seção Piauí, como a primeira advogada piauiense.

Palavras-chave: Feminismo negro; Epistemologia; Arquivo; Fabulação crítica; Esperança Garcia.

Abstract: In this article, I seek to productively engage with the silence and violence contained in the available archives on the lives of Afro-Brazilian women in captivity by broadening and deepening the concept (and practice) of theorizing developed by black,

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) – E-mail: mattos.mvaldivia@gmail.com.

Valdivia *Entre a teoria e a liberdade: pluralizando os arquivos das Relações Internacionais a partir de fabulações críticas sobre Esperança Garcia.*

post-colonial, decolonial, and post-structuralist feminists. Particularly, by questioning the archives of the discipline of International Relations considered legitimate and neutral, I seek to present other ways of conceiving epistemology through the relationship between black feminist literature, Saidiya Hartman's concept of critical fabulation, and the concept of critical interruption as proposed by David Kazanjian. Instead of trying to fill in the silences of the sparse colonial archive about the lives of black women in captivity, this exercise allows for a critical imagining of their ways of theorizing about the world around them by interrupting the dominant narratives about them, thus bringing other relationships, dynamics, and experiences as central to the epistemological production and, mainly, to the production of knowledge about the international. To carry out such a movement, I take as an imaginative exercise the scarce archive on Esperança Garcia, a black enslaved woman recognized by the National Bar Association of Brazil, Piauí section, as the first lawyer from Piauí.

Keywords: Black feminism; Epistemology; Archive; Critical fabulation; Esperança Garcia.

1. Introdução

Quais são as histórias escondidas na forma como entendemos o mundo? A *realidade* é uma experiência que apenas somos capazes de apropriadamente entender após um longo período de devoção à academia e às observações científicas que fornecem dados sobre o empiricamente verificável? A observação daquilo que é empiricamente comprovável pode ser desvencilhada da nossa construção como sujeitos que observam? Isto é, quando observamos, não estamos também *vivenciando* um fenômeno? E, posteriormente, quando o interpretamos e escrevemos sobre ele, não estamos o tornando parte de nós e, simultaneamente, deixando nossa marca permanente na forma como aquele conhecimento passa a habitar o mundo?

Tais e outras perguntas parecem me corroer. O que fazer, então, dos conhecimentos abjetos, esquecidos, enterrados nas covas daquilo considerado ilegítimo? Quem tem autoridade para designar tal legitimidade? Como acessar o insepulto? Isto é, aquilo que não foi propriamente enterrado, mas sabe-se que está morto. A epígrafe acima evidencia uma perturbação que me assola há muito tempo, mas para a qual não tenho resposta capaz de superar a profunda violência que constitui o arquivo das histórias que não podemos plenamente acessar. Tenho uma necessidade devastadora de saber sobre quem sou, sobre quem veio antes de mim, sobre os avós dos meus avós, e sobre as histórias de violência e resistência que assolam o arquivo colonial.

Há hiatos nessas histórias. Estes hiatos são constituídos por dolorosos silêncios. Eu não sou capaz de apropriadamente traduzi-los ou decifrá-los sem me deparar diretamente com o enorme abismo que me encara de volta. Há um buraco que me segue onde quer que eu vá, mas que se mostra especialmente presente nos lugares onde eu quero desesperadamente provar a importância e a dificuldade de minha presença, como na academia. Este artigo, portanto, é uma tentativa de ler esses hiatos a partir do que eles poderiam ser. É uma tentativa de conversar com o silêncio e de radical e, de forma insubmissa, imaginar possibilidades em um mundo que sistematicamente nega tal direito à população negra, de modo geral, e às mulheres negras, em particular.

Aqui busco servir de testemunha à “morte não muito notada” (Hartman, 2020 [2008], p. 25), não apenas em relação à existência ou não de um arquivo empírico comprobatório da morte material destas mulheres negras, mas também da morte simbólica do conhecimento por elas produzido. Ou seja, o epistemicídio (Carneiro, 2023) e/ou a supressão de pessoas negras (Collins, 2000). Isto é, pretendo prosseguir o caráter

inquisitivo da literatura pós-colonial, decolonial e feminista negra ao desenvolver, tensionar e problematizar as questões acerca da produção de conhecimento considerado científico, legítimo, objetivo e crível. Meu objetivo é fornecer formas outras de engajar com a epistemologia e desenvolver a posição de mulheres negras como teóricas — de modo geral, e do internacional, especificamente — a partir da compreensão da teoria como verbo (Zalewski, 1996) e como prática de libertação (hooks, 2013).

O exercício que busco desenvolver ao longo deste artigo é um engajamento epistemológico, ontológico e político transversal (Collins, 2000; Bigo, 2017) entre as diversas formulações de teóricas do feminismo negro e pós-colonial e a *fabulação crítica* proposta por Saidiya Hartman (2020 [2008]) como forma de criticamente interagir com os arquivos coloniais (sobretudo, com a falta deles) e pós-coloniais e a sistemática subalternização e apagamento dos saberes situados desenvolvidos por mulheres negras. De forma similar à qual David Kazanjian (2016), em resposta à Hartman (2020 [2008]), encorajou a pluralização das fontes arquivísticas com as quais interagimos, bem como uma “leitura mais especulativa dos arquivos que temos, por seu trabalho teórico mais do que apenas por seu conteúdo empírico” (Kazanjian, 2016, p. 140, tradução nossa), procuro desenvolver aqui, mesmo que preliminarmente, uma fabulação crítica transversal que busca ler os silêncios e os hiatos da história a partir das formas múltiplas de teorização impulsionadas pelas mulheres negras que vieram e pelas que estão em atividade.

Esse exercício exige de nós uma suspensão da temporalidade que distingue o passado, o presente e o futuro. Devemos ignorar, momentaneamente, tais convenções temporais para observar, transversalmente, as inscrições do passado no presente em que vivemos. A posição de subalternização das mulheres negras na atualidade — a despeito dos consecutivos avanços promulgados em diversos âmbitos do movimento negro, ativistas de base e mulheres negras na academia — é consequência de um extenso processo de desumanização, exploração e violência contra o sujeito negro escravizado e o racismo institucional e estrutural (atrelado ao patriarcado) que se desenvolveu nos anos subsequentes. Similarmente, a fabulação crítica que pretendo desenvolver aqui também exige a superação de uma analítica escalar (que prescreve o local, o nacional e o global como níveis separados), dado que procuro evidenciar as práticas teóricas destas mulheres negras dentro de redes múltiplas e atravessadas que conectam diversas agentes, locais e saberes (Bigo, 2017).

Explicitados meus objetivos, retomo a um terceiro grupo de perguntas que me assola. O que é um arquivo sobre o conhecimento de mulheres negras? Como podemos acessar esse arquivo? Um arquivo histórico da produção teórica de mulheres negras pode se desvencilhar de um arquivo de escravidão? Se não podemos desvencilhá-los, somos capazes de acessar tais arquivos para além da dor, da violência e da morte? Dada a impossibilidade de trazer essas mulheres de volta à vida, qual deve ser nosso comprometimento com a memória resgatada a partir de suas práticas de teorização?

Isto é, para além de propor uma reflexão sobre o cuidado necessário ao adentrar tais arquivos de escravidão de mulheres negras, a fim de evitar que nos tornemos reprodutores de violência, nos encorajo a ponderar sobre o horizonte político neles contidos. A dificuldade de acessar essas histórias de violência e resistência colonial, juntamente com as práticas violentas nas quais o conhecimento dominante se inscreve e mantém, apontam para a importância da viabilização de tais histórias no que diz respeito ao processo de formação das bases educacionais no Brasil, de modo geral, e no ensino e prática das Relações Internacionais, especificamente. Em outras palavras, a recuperação destas histórias faz parte de um cenário sociopolítico que envolve não apenas a imprescindibilidade de pluralização de narrativas históricas da escravidão a partir de epistemologias e metodologias advindas das experiências de pessoas racializadas, como também a necessidade de formulação de políticas de reparação, acesso a instituições de ensino (por meio de políticas afirmativas) e construção de seus currículos de modo a considerar pessoas negras como produtoras de conhecimento.

Na tentativa de responder e refletir sobre tais questões — ou pelo menos “ficar com o problema” (Haraway, 2016) —, apresento uma interrupção crítica sobre a produção de conhecimento de mulheres negras a partir da fabulação da seguinte forma: a primeira seção desenvolve um conceito plural e flexível de *arquivo* a partir da produção de conhecimento pós-colonial e feminista negro, levando em consideração os obstáculos e as violências contidas no que, historicamente, se considera um conhecimento *legítimo*. Ainda, ofereço caminhos teórico-metodológicos a partir da relação entre a extensa produção feminista negra e o conceito de fabulação crítica proposto por Saidiya Hartman (2020 [2008]). A segunda seção coloca esses caminhos teórico-metodológicos em prática a partir de fabulações críticas sobre as formas de teorização de Esperança Garcia, uma mulher negra escravizada, reconhecida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção de Piauí, em 2017 como a primeira advogada piauiense (Instituto Esperança

Garcia, s/d). O que espero desse engajamento é oferecer formas outras de interagir com o conceito de teoria e com o escasso e violento arquivo colonial. Finalmente, apresento na última seção breves considerações finais.

2. Pluralizando o arquivo a partir de um feminismo libertador

O primeiro passo deste anseio imaginativo advém da pluralização das formas como compreendemos e engajamos com os arquivos. O que é um arquivo sobre mulheres negras? O que constitui um arquivo do internacional? A partir de um entendimento pós-colonial, como proposto por Siba Grovogui (2006), aqui entendo o *arquivo* não como uma evidência material comprobatória, estática e autocontida de um fenômeno que existe na realidade, mas sim como uma *forma* de compreender o mundo ou um fenômeno particular. Isto é, um conhecimento socialmente produzido que é disseminado e constitui maneiras particulares de *saber* sobre algo. Os arquivos, portanto, não são individuais, universais ou unívocos. As bases epistemológicas dominantes que configuram formas de conhecer o internacional, por exemplo, são compostas por discursos particulares que se constituem como fonte de autoridade para delimitar os espaços, os sujeitos e as práticas do internacional e, portanto, excluir outros saberes (Grovogui, 2006, pp. 20-21).

Entendido como o conjunto do empírico, o arquivo que nos é acessível nas diversas áreas da academia, de modo geral, e nas Relações Internacionais (RI), particularmente, é organizado de uma maneira específica. Esta organização envolve não só uma classificação contestável da realidade, mas também uma narração do passado que podemos (e *devemos*) questionar. Como propõe Karine de Souza Silva (2021, p. 38), as RI, como disciplina, e as relações internacionais, como a prática da política internacional, estão intrinsecamente relacionadas às dinâmicas de hierarquias raciais, embora a literatura dominante omita a relevância da raça para o entendimento e a constituição do internacional. Isto requer, segundo a autora, que consideremos a raça e a branquitude como categorias fundamentais para o estudo das RI, a partir de cartografias de produção e reprodução do conhecimento, embasadas nas dimensões da geo-corpo-política² do conhecimento e do questionamento da agenda predominante da disciplina que obscurece a dimensão racial (Ibid., p. 43).

² A autora acrescenta o “corpo” ao termo “geopolítica do conhecimento” para evidenciar a necessidade de questionarmos tanto a espacialidade da produção do conhecimento, quanto os sujeitos que participam deste processo.

Esta omissão da raça, tanto como uma categoria fundamental para a análise do internacional quanto pelo protagonismo do conhecimento produzido por pessoas negras, constitui o que Sueli Carneiro (2023) — a partir de Boaventura de Souza Santos (1995) — toma por *epistemicídio*:

Para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, o epistemicídio implica um processo persistente de produção de indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo a de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e pelo rebaixamento da sua capacidade cognitiva; pela carência material e/ou pelo comprometimento da sua autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isso porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento considerado legítimo e legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado, sequestrando a própria capacidade de aprender (Carneiro, 2023, pp. 88-89).

Tendo isso em vista, a extensa literatura feminista negra pós-colonial e decolonial está voltada para a produção de um conhecimento comprometido com a reconstituição e resgate da memória indígena, negra e diaspórica e um saber comprobatório, denunciatório, plural e sensível. Além disso, centraliza as mulheres negras, especificamente, como produtoras de um conhecimento qualificado, bem como busca descobrir as bases racistas e patriarcais da epistemologia dominante e do próprio movimento feminista (hooks, 2015; Lugones, Spellman, 1983; Collins, 2000; Carneiro, 2003; Mohanty, 1984). Como forma de *ir contra a maré* do conhecimento tradicionalmente produzido na academia, — ocidental, masculino, branco e cis-heteronormativo — estas autoras evidenciam a potencialidade de seu *ponto de vista* localizado como forma de acessar e compreender a realidade vivida de forma profunda (Collins, 2000; bell hooks, 2013).³ O desenvolvimento de uma epistemologia feminista negra a partir da experiência plural de mulheres negras na sociedade constitui o que Patricia Hill Collins chama da posição de “*outsiders within*” (forasteiras de dentro) (1986), evidenciando as formas pelas quais as mulheres negras habitam a vida nas

³ Outras autoras são consideradas basilares no desenvolvimento do feminismo do ponto de vista (Hartssock, 1998; Harding, 2004). Evidencio aqui a sua contribuição, mas centralizo no artigo o desenvolvimento desta teoria por mulheres negras.

Valdivia *Entre a teoria e a liberdade: pluralizando os arquivos das Relações Internacionais a partir de fabulações críticas sobre Esperança Garcia.*

fronteiras — ou seja, a partir de um jogo de proximidade e distanciamento, de internalização e externalização, de marginalização e inclusão em espaços político-sociais (Collins, 1986, p. 15; *Ibid.*, 2000, p. 11). Estes posicionamentos ambivalentes garantem às mulheres negras um olhar privilegiado para as dinâmicas sociais dentro e fora de diversas instituições, bem como a capacidade de engajar criativamente com a marginalidade na produção de um “conhecimento oposicional” (*Ibid.*, 2000, p. 9), mesmo diante da violência e da dor que tal fenômeno seja capaz de causar (*Ibid.*, 1986, p. 15).

De maneira similar, bell hooks (2013) subverte o arquivo epistemológico dominante ao propor formas outras de compreender o ato de teorizar. Consonante com o convite que Marysia Zalewski (1996) nos faz a partir do entendimento da teoria como verbo (*teorizar*) e do processo de teorização como uma atividade cotidiana praticada (mesmo que inconscientemente) por todos os sujeitos (Zalewski, 1996, p. 346), hooks aponta a capacidade da teorização de atuar de maneira curativa (hooks, 2013, p. 85). Isto é: “[q]uando nossa experiência vivida da teorização está fundamentalmente ligada a processos de autorrecuperação, de libertação coletiva, não existe brecha entre a teoria e a prática” (*Ibid.*, p. 85-86).

O alargamento e o aprofundamento proporcionados pela perspectiva feminista negra sobre epistemologia, conseqüentemente, nos leva à pluralização do arquivo do internacional e do desenvolvimento de uma *teoria social crítica* (Collins, 2000) das seguintes formas: (1) há uma mudança na *textura* em que o arquivo é compreendido, uma vez em que ele deixa de ser apenas um documento material em sentido estrito e abre a possibilidade para, transversalmente, vermos textualidade para além da escrita (como a oralidade, a música e a dança) (Collins, 2000, p. 9); (2) há uma atenção especial dada não à *nomeação* do que constitui uma teoria (o que é feito, na maioria das vezes, por figuras dominantes do campo que produzem um conhecimento parcial e excludente sobre algo), mas à *prática* da teorização e, portanto, à *descolonização* do conhecimento (hooks, 2013, p. 86); (3) a inseparabilidade entre epistemologia/ontologia e teoria/prática evidencia o processo de co-constituição da subjetividade/experiência e da construção do saber (Zalewski, 1993, p. 348). Esta dinâmica possibilita não apenas a *historização* do conhecimento (principalmente em um contexto de a-historização das bases epistemológicas disciplinares tradicionais nas RI)⁴, como também evidencia a

⁴Este fenômeno é muito bem elucidado por Cynthia Enloe em seu artigo “*Margins, Silences and Bottom Rungs: how to overcome the underestimation of power in the study of international relations*” (1996), ao

inexistência de um sujeito produtor de conhecimento constituído *previamente* à experiência vivida (Scott, 1991, p. 304).

2.1. Entre fabulações e interrupções arquivísticas

Apresento aqui mais uma porção de questionamentos. Reformular e reconstituir as maneiras pelas quais interagimos com a epistemologia a partir do engajamento com formas criativas e plurivalentes de produzir conhecimento sobre/para mulheres negras é suficiente diante da escassez dos arquivos coloniais sobre mulheres em cativeiro? Se a tentativa de acessar estas experiências a partir de novos engajamentos teóricos é insuficiente diante do silêncio ensurdecido da violência colonial e do racismo estrutural que dela ecoa, o que fazer dos nossos anseios por saber sobre as nossas histórias? O que fazer quando a busca desesperada por preencher as lacunas deixadas pelo processo desumanizador do colonialismo nos leva não à recuperação das vidas perdidas, mas a reviver, mesmo que momentaneamente, memórias de dor e violência? Isso é tudo que somos capazes de acessar?

Saidiya Hartman (2020 [2008]) centralizou estas e outras angústias em seu artigo intitulado “*Venus in Two Acts*” (Vênus em Dois Atos),⁵ após visitar o arquivo da escravidão à procura de Vênus, uma de duas meninas negras assassinadas pelo capitão de um navio negreiro que, posteriormente, foi acusado e levado a julgamento. Ao revirar o arquivo em busca de uma história que fosse capaz de retrospectivamente capturar, mesmo que brevemente, uma narrativa sobre o momento de conforto entre duas meninas escravizadas antes de serem maculadas pela marca da morte, — seja um instante em que uma menina abraçou a outra; seja o testemunho de um marinheiro durante o julgamento afirmando que elas eram amigas (Ibid., p. 24) — Hartman encontrou apenas silêncios. Se recusando a contribuir com a possível romantização destas vidas (e destas mortes), diante de uma mísera menção de Vênus no arquivo do julgamento (Ibid., p. 23) e frente à

evidenciar que o olhar disciplinar apenas aos *grandes atores* (i.e. Estados) e os *grandes eventos* (i.e. conflitos entre grandes potências) obstrui a análise profunda das relações de poder, pois desconsidera a participação histórica das margens na construção da política internacional.

⁵O artigo “Venus em Dois Atos” (2020 [2008]) é fruto de reflexões de Saidiya Hartman acerca do processo de pesquisa e escrita de seu livro “Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão” (2022 [2006]). Especificamente, o artigo revela os receios, dúvidas e as dificuldades de Hartman durante a escrita do sétimo capítulo do livro, intitulado “O livro dos mortos”, no qual a autora descreve em doloroso detalhe os inúmeros processos de violência (física e simbólica) aos quais as duas garotas a bordo do navio foram submetidas.

Valdivia *Entre a teoria e a liberdade: pluralizando os arquivos das Relações Internacionais a partir de fabulações críticas sobre Esperança Garcia.*

confirmação esmagadora da absolvição do capitão de ambos os assassinatos (Ibid., p. 24), Hartman conclui:

No fim, eu não podia dizer mais sobre Vênus do que tinha dito sobre sua amiga: “Não tenho certeza se é possível resgatar uma existência a partir de um punhado de palavras: o suposto assassinato de uma garota negra.

Eu não podia mudar coisa alguma: “A garota ‘nunca terá qualquer existência fora do domicílio precário das palavras’ que permitiu que ela fosse assassinada.”

Eu não poderia ter chegado a outra conclusão. Então era melhor deixá-las como eu as tinha encontrado. Duas garotas, sozinhas. (Ibid., p. 25)

Mesmo diante da percepção de sua própria falha na tentativa de narrar essas histórias, Hartman (2020 [2008]) nos encoraja a dar mais um passo em nossa jornada revisionista e questionadora dos arquivos disponíveis ao propor a possibilidade de criticamente fabular sobre eles. Isto é, diante da escassez dos arquivos coloniais sobre essas mulheres, como engajamos produtivamente com o silêncio? Ela define a fabulação crítica da seguinte maneira:

A intenção aqui não é tão miraculosa como recuperar as vidas das pessoas escravizadas ou redimir os mortos, mas em vez disso trabalhar para pintar o quadro mais completo possível das vidas de cativos e cativas. Este gesto duplo pode ser descrito como um esforço contra os limites do arquivo para escrever uma História cultural do cativo e, ao mesmo tempo, uma encenação da impossibilidade de representar as vidas dos cativos e cativas precisamente por meio do processo de narração (Hartman, 2020 [2008], p. 28).

Hartman nos encoraja a trabalhar os espaços fronteiriços do arquivo por meio da dupla tentativa de “contar uma história impossível quanto amplificar a impossibilidade de que seja contada” (2020 [2008], p. 28). Este esforço, em diálogo com o engajamento feminista negro em produzir uma epistemologia contra-hegemônica, parte da reorganização dos “elementos básicos da história” e da representação da sequência dos eventos a partir de outros pontos de vista, a fim de perturbar a composição hierárquica dominante que os constitui e, portanto, abrir possibilidade para novas formas de temporalização e teorização (Ibid, p. 29).

De forma similar à perspectiva que Patricia Hill Collins (2000) tem acerca do papel e da potencialidade do feminismo negro, a fabulação crítica se recusa a nos fornecer um fechamento ou um preenchimento desses espaços em branco. Esta concepção abre

margem para entender o conhecimento como *inacabado* e, portanto, como um fenômeno em constante construção (Ibid., p. 270). Compreendê-lo desta forma possibilita evidenciar as tensões internas do conhecimento dominante construído como essencial, neutro e natural e potencializa ressignificações e reivindicações de saberes marginalizados, revisões históricas de narrativas consideradas “certas”, bem como traz a vivência como componente fundamental da produção do saber.

Como resposta à perspectiva de Hartman de sua falha diante da impossibilidade de narrar Vênus, David Kazanjian (2016) nos oferece dois caminhos para fabular criticamente sobre histórias em cativeiro, desagregando o empírico do inverificável por meio da “interrupção crítica” produtiva (Spivak, 2008) entre o empírico/social e o literário/filosófico (Kazanjian, 2016, p. 143) — o primeiro caminho exige que pluralizemos os arquivos com os quais interagimos (a passagem “do arquivo” da escravidão para “os arquivos da escravidão”, para além das narrativas puramente anglocêntricas do colonialismo); o segundo sugere engajar produtivamente com a impossibilidade proposta por Hartman (da representação de Vênus fora das estruturas da subalternidade), a partir de um deslocamento do empírico para o teórico. Ou seja, ao invés de tentar narrar histórias de liberdade a partir da recuperação da *vida* destes sujeitos, podemos engajar produtivamente com as formas cotidianas pelas quais *estes* indivíduos praticavam o ato de teorizar sobre a própria liberdade (Ibid., p. 140).

3. A carta de Esperança Garcia, o escândalo do arquivo internacional⁶

O restante deste trabalho privilegia o segundo caminho proposto por Kazanjian (2016), embora tangencie o primeiro por se tratar de um arquivo colonial afro-brasileiro. Para desenvolver a posição de mulheres negras como praticantes de um saber sociopoliticamente interseccional (Collins, 2000, p. 257), trago como protagonista desta tentativa de fabulação crítica e pluralização arquivística do internacional Esperança Garcia, postumamente considerada a primeira advogada piauiense (Instituto Esperança Garcia, s/d). A comprovação material de que Esperança existiu está contida em três documentos, um deles escrito por ela a próprio punho, se apresentando na forma de uma carta datada de 6 de setembro de 1770 e dirigida ao Governador da Capitania piauiense:

⁶ O título desta seção é inspirado em uma das seções de “Vênus em Dois Atos” intitulada: “O caixão aberto, o escândalo do arquivo”.

Eu Sou hua escrava de V.S administração do Cap.^{am} Anto° Vieira de Couto, cazada. Desde que o Cap.^{am} p^a Lá foi administrar, q. me tirou da Fazd^a dos algodois, onde vevia co meu marido, para ser cozinheira da sua caza, onde nella passo mto mal.

A primeira hé q. há grandes trovoadas de pancadas enhum Filho meu sendo huã criança q lhe fez extrair sangue pella boca, em min não poço esplicar q Sou hu colcham de pancadas, tanto q cahy huã vez do Sobrado abacho peiada; por mezericordia de Ds esCapei.

A segunda estou eu e mais minhas parceiras por confeçar a tres annos. E huã criança minha e duas mais por Batizar.

Pello ã Peço a V.S pello amor de Ds e do Seu Valim ponha aos olhos em mim ordinando digo mandar a Porcurador que mande p. a Fazda aonde elle me tirou pa eu viver com meu marido e Batizar minha Filha De V.Sa. sua escrava

Esperança Garcia (Mott, 1985, p. 106).⁷

A carta de Esperança Garcia foi encontrada pelo historiador Luiz Mott e integrou o livro “Piauí Colonial: população, economia e sociedade” (1985). Sobre a descoberta da cópia da carta de Esperança Garcia no Arquivo Público do Estado do Piauí, — estando a original em Portugal (Silva, 2015, p. 8) — Mott relata o seguinte: “[u]ma das primeiras constatações que o pesquisador de nossa história faz, após realizar prolongadas pesquisas nos arquivos tanto nacionais como estrangeiros, é a ausência quase total de documentos que tratem ou se refiram ao sexo feminino” (1985, p. 105). Esta afirmação é resultado da constatação do autor de que “[o]s arquivos estão povoados de requerimentos, abaixo assinados, officios, petições, processos, etc, quase invariavelmente assinados por homens” (Ibid). Para Mott, a descoberta da carta de autoria de Esperança Garcia representa uma dinâmica “duplamente insólita” (Ibid): de um lado, a insubmissão de uma mulher, por dirigir-se diretamente ao Governador; de outro lado, a posição de uma pessoa escravizada que denuncia a este Governador os maus tratos sofridos na administração colonial (Ibid).

O segundo documento encontrado por Mott (1985) é outra carta, infelizmente sem data ou assinatura, que desenvolve de maneira mais aprofundada a situação de violência

⁷ A transcrição da carta em português atual, feita por Sousa e Silva (2017, p. 7), é a seguinte: “Eu sou uma escrava de Vossa Senhoria da administração do Capitão Antônio Vieira do Couto, casada. Desde que o capitão lá foi administrar que me tirou da fazenda algodões, onde vivia com o meu marido, para ser cozinheira da sua casa, ainda nela passo muito mal. A primeira é que há grandes trovoadas de pancadas em um filho meu, sendo uma criança, que lhe fez extrair sangue pela boca; em mim, não posso explicar que sou um colchão de pancadas, tanto que caí uma vez do sobrado abaixo peiada; por misericórdia de Deus, escapei. A segunda: estou eu e mais minhas parceiras por confessar há três anos. E uma criança minha e duas mais por batizar. Peço a Vossa Senhoria, pelo amor de Deus, ponha aos olhos em mim ordinando, digo mandar ao procurador que mande para a fazenda onde me tirou para eu viver com meu marido e batizar minha filha”.

sofrida por Esperança e pelos sujeitos escravizados sob a administração de Antônio Vieira de Couto, Inspetor da Residência de Nazaré. Estima-se que a autoria da carta é do tenente José Esteves Falcão, administrador da fazenda Algodões (residência de Esperança Garcia previamente à sua transferência para trabalhar como cozinheira na Residência de Vieira de Couto) (Sousa & Silva, 2017, p. 18). Ela diz o seguinte:

Conta que dou a V.Sa. da residência de Nazaré, que é procurador o capitão Antonio Vieira do Couto: (ele) tirou uma escrava chamada Esperança, casada, da fazenda dos Algodões e não tem concedido tempo algum para a dita ir fazer vida com seu marido, vendo apertada com vários castigos tem fugido por várias vezes e o dito Capitão tem posto tão tímida a dita em forma uma quinta feira deu tanta bordoadas com um pau e com ela no chão o depois jurou que havia de amarrar dita escrava se arretirou com dois filhos, um nos braços, de 7 meses e outro de 3 anos; até o presente não tem sido noticia dela e tem feito umas correias para castigar e diz que veio para ensinar os ditos escravos. Tem mostrado como os escravos têm experimentado que tem clamado contra o dito procurador até que foi ouvido da intercessão de V.Sa. veio uma portaria até a fazenda da Serrinha e como tem um padrinho que orou para o dito procurador não teve (realização) do seu mau instinto, em forma que aperta os ditos escravos (que) não têm descanso. Todas as noites trabalham sem descanso algum, sendo preto velho e se fora moço, tudo podia a sua mocidade suportar. Como no sustento do dito, muito mal que não come farinha que a fazenda faz, porque serve para ajuntar com o que o dito procurador faz para seu negócio, do que pedindo licença o intercessor de V. As., não quiz consentir em forma alguma de que contra a ordem, dizendo que era dos seus escravos. Que estorva os ditos escravos para o seu serviço em socar mamona, em desmanchar mandioca e outro serviço. Até tirou algumas escravas para fiar algodão e diz, como no ano passado, que era para (trabalharem) na fazenda e fez redes para seu negócio e não tem dado cumprimento alguma na sua obrigação, não tem corrigido as ditas fazendas faltando a sua obrigação, tendo o criador da fazenda Tranqueira certas rezes em particular (e) querendo dar esta conta a V. Sa. Como pai e Sr. Põe os olhos de piedade em ver estas lástimas porque não tem quem fale por estes mais que a misericórdia divina de V. Sa. Abaixo de Deus, pois os ditos escravos não têm outro jazigo senão o amparo de V.Sa. (Mott, 1985, p. 106-107).⁸

⁸ A transcrição da carta em português atual, feita por Sousa e Silva (2017, p. 7), é a seguinte: “Eu sou uma escrava de Vossa Senhoria da administração do Capitão Antônio Vieira do Couto, casada. Desde que o capitão lá foi administrar que me tirou da fazenda algodões, onde vivia com o meu marido, para ser cozinheira da sua casa, ainda nela passo muito mal. A primeira é que há grandes trovoadas de pancadas em um filho meu, sendo uma criança, que lhe fez extrair sangue pela boca; em mim, não posso explicar que sou um colchão de pancadas, tanto que caí uma vez do sobrado abaixo peiada; por misericórdia de Deus, escapei. A segunda: estou eu e mais minhas parceiras por confessar há três anos. E uma criança minha e duas mais por batizar. Peço a Vossa Senhoria, pelo amor de Deus, ponha aos olhos em mim ordinando, digo mandar ao procurador que mande para a fazenda onde me tirou para eu viver com meu marido e batizar minha filha”.

O terceiro arquivo sobre Esperança Garcia que se tem conhecimento faz parte do acervo da Biblioteca Nacional. O documento nomeia Esperança como integrante de uma seção da lista de escravos das fazendas que compunham a Inspeção de Nossa Senhora de Nazaré⁹ intitulada “Fazenda dos Algodões”, datado de 1778 e assinado por Manuel Antunes da Assumpção (Biblioteca Nacional Do Brasil, 2020; Sousa & Silva, 2017, p. 19).

3.1. Habitando as fronteiras da (im)possibilidade de (re)contar uma história colonial

Apresentados os arquivos empíricos existentes sobre Esperança Garcia, me encontro tomada por mais questionamentos. Após desesperadamente ler e reler sua carta, sinto que me encontro em uma encruzilhada entre “o livro dos mortos” de Hartman (2020 [2008]; 2022 [2006]) e a “surpresa da liberdade” de Kazanjian (2016), permeada pela tradição do conhecimento fronteiriço praticado por mulheres negras. Sou tomada pela percepção devastadora de que, assim como Hartman (2020 [2008]) constatou, não há como recuperar ou reconstruir narrativas sobre Esperança Garcia sem falar de seu encontro cruel com a violência. Não sou capaz de contar uma história sobre Esperança sem que ela seja sucessivamente um “colchão de pancadas”, sem que se arranque sangue da boca de seu filho, sem que ela seja continuamente raptada de seu marido, tirada da fazenda Algodões para trabalhar na Residência de Antônio Vieira de Couto (Mott, 1985, p. 106). No momento que busco mais sobre Esperança Garcia na tentativa de pluralizar este arquivo, novamente narro sua dor. Eu a encontro e a deixo novamente insepulta.

Constato, desta forma, a impossibilidade de narrar sobre a vida de mulheres negras escravizadas (no Brasil, para os fins deste arquivo, mas no contexto do tráfico internacional de pessoas escravizadas, de modo geral) sem esbarrar, a despeito de quaisquer tentativas do oposto, com a violência. E, dado que este exercício supera temporalizações estáticas e estritas, sem que essa dor se manifeste na atualidade. A minha tentativa de engajar com a sugestão de Kazanjian (2016), portanto, não deve ignorar a dor do colonialismo e que, de um modo ou de outro, a experiência de Esperança Garcia e tantas outras mulheres negras escravizadas anonimizadas é marcada pelo violento encontro com o poder colonial. Este encontro é o que prescreve a posição de mulheres

⁹ A Inspeção Nazaré era composta por onze fazendas, incluindo a Fazenda Algodões, local de trabalho e moradia original de Esperança Garcia (Sousa e Silva, 2017, p. 27)

Valdivia *Entre a teoria e a liberdade: pluralizando os arquivos das Relações Internacionais a partir de fabulações críticas sobre Esperança Garcia.*

negras como “*outsiders within*” (Collins, 1986). Este encontro é o que me preenche com anseios para pluralizar os arquivos da disciplina de Relações Internacionais a partir de análises que centralizem a raça como constituinte da política internacional. Deste modo, vejo potencialidade em engajar com o arquivo de Esperança Garcia e a impossibilidade de desvencilhá-lo da violência colonial a partir das ambivalências que ele nos oferece — há violência, porém, há *mais* que somente isso.

A tradição do feminismo negro nos aconselha a superar a ideia de que uma perspectiva aditiva de opressões configura maneiras mais aprofundadas de entender o social (Collins, 2000, p. 270). Portanto, em oposição a perguntar “onde estão as mulheres?” (Enloe, 1990) juntamente com “onde estão as pessoas negras?”, segundo a perspectiva de que tal adição seria capaz de *dar voz* às margens, compreendo a necessidade da *pluralização* do arquivo a partir de suas ambivalências como uma forma de *despatologizar* a vida precária. Isto é, parte fundamental do pensamento crítico especulativo advém da capacidade de nos depararmos com as narrativas do arquivo colonial e encontrar não apenas violência, mas também momentos de solidariedade, luto, socialidade, e agência dentro dos constrangimentos do poder colonial. É assim que saímos dos estereótipos sobre a passividade e a barbaridade de pessoas negras (entre outros). É assim que a carta de Esperança Garcia se constitui como um arquivo das relações internacionais (e das RI), *por excelência*.

Como evidencia Karine de Souza Silva, as bases disciplinares de Relações Internacionais, contrariamente ao que é tradicionalmente narrado, foram desenvolvidas com o objetivo de otimizar/organizar a administração colonial europeia (2021, p. 40-41). Dentro de uma dinâmica violenta que, segundo Achille Mbembe (2016, p. 31), atua na “tripla perda” do sujeito negro escravizado (perda do lar, perda de direitos sobre o corpo e perda do *status* político), Esperança Garcia se apresentar como uma mulher escravizada alfabetizada configura um ato de insubmissão e insubordinação frente ao processo colonial no qual ela estava inserida. Consideremos a dinâmica sociopolítica do Piauí colonial durante o período que se estima ter vivido Esperança Garcia. Presume-se que ela era “uma escrava pertencente a uma das fazendas reais que foram incorporadas à Coroa quando da expulsão dos padres jesuítas” (Mott, 1985, p. 105). É provável que Esperança Garcia tenha aprendido a escrever durante a administração jesuítica das fazendas da Inspeção de Nossa Senhora de Nazaré, seja diante da interação com outras crianças filhas de fazendeiros que estavam participando do processo educacional; seja diante da

participação de aulas “em locais improvisados” que reuniam crianças de diferentes posições sociais e privilegiavam exercícios de memorização (Vieira, 2011, p. 15). Independente da maneira pela qual Esperança Garcia foi alfabetizada, sua escrita “tod[a] chei[a] de garranchos [e] com muitos erros de português” (Mott, 2010 apud Silva, 2015, p. 8) configura um duplo movimento: sua posição como “*outsider within*”, capaz de acessar um mundo textual voltado aos brancos e privilegiados (Collins, 1986, p. 14); e sua participação na constituição do que Lélia Gonzalez (1984, p. 225) chama de “*pretuguês*”, tanto por assumir uma posição discursiva frente à tentativa de *domesticação* do negro infantilizado, quanto por praticar (e *produzir*) — a despeito da perspectiva dominante — o que tomamos hoje como o português brasileiro (Ibid., p. 238).

O arquivo de Esperança Garcia não se constitui como um arquivo das RI por excelência apenas porque diz respeito ao comércio transatlântico de sujeitos escravizados para trabalharem nas fazendas piauienses; similarmente, não lhe confiro tal titulação apenas porque ele pluraliza a maneira como compreendemos as relações coloniais no Brasil apresentando as particularidades piauienses vividas por Esperança Garcia e outras pessoas escravizadas.¹⁰ Na verdade, acredito que este arquivo é referente às RI porque se constitui como um dos primeiros do gênero literário afro-brasileiro (Souza, 2014, p. 358) a *teorizar* sobre os *direitos humanos* e, portanto, *sobre o direito internacional* — sobretudo em uma conjuntura em que a autoridade epistêmica para tal era primordialmente concedida a homens brancos europeus que legitimavam juridicamente a violência colonial e a desumanização do negro. Isto ocorre a partir de uma série de diagnósticos que Esperança faz sobre o cenário sociopolítico em que viveu e, relacionadamente, de suas maneiras de *teorizar* sobre liberdade.

Em primeiro lugar, a Comissão Estadual da Verdade da Escravidão Negra no Brasil (Cvenb), a partir da elaboração uma pesquisa de dois anos entregue ao Conselho Seccional da OAB/PI em 2017, argumenta que a carta de Esperança Garcia configura um documento jurídico, uma vez em que ela dirige uma *petição* diretamente ao Governador da Capitania Piauiense (Sousa & Silva, 2017). Esta petição não é apenas sobre sua experiência pessoal com a violência perpetrada por Vieira de Couto, mas refere-se ao

¹⁰Como, por exemplo, o padrão de comércio das pessoas escravizadas para o Piauí que, durante o domínio da Companhia do Comércio na região (1755-1778), era praticado de maneira terrestre e não apenas transatlântica. É possível, desta forma, que os ancestrais de Esperança Garcia sejam de origem de Guiné-Bissau, traficados para os portos de Grão-Pará e Maranhão e posteriormente levados para as fazendas no Piauí (Leal, 2021, p. 51).

tratamento ao qual estava submetido o conjunto de trabalhadores sob a administração do Inspetor (o que é comprovado na carta que acompanhou a reivindicação de Esperança). Desta forma, devemos considerar que Esperança se apresenta como uma espécie de porta-voz da causa da comunidade de trabalhadores escravizados em sua Inspeção pela capacidade de ler e escrever. Portanto, a Comissão afirma que a carta de Esperança é um texto advocatício denunciatório das violações à dignidade negra e, ainda, um relato literário afro-brasileiro sobre a *experiência* — ou seja, o *ponto de vista* — de uma mulher negra escravizada durante o colonialismo (Sousa & Silva, 2017, p. 10), ambos componentes da longa *tradição intelectual* de mulheres negras que conhecemos hoje (Collins, 2000, p. 3).

Segundo, devemos considerar o relato/petição de Esperança como o reconhecimento *interseccional* (Crenshaw, 1989; Collins, 2000) das maneiras pelas quais a opressão contra mulheres negras se manifesta — o que, segundo Collins, ocorre em três dimensões: há uma violência perpetrada por Vieira de Couto a partir de uma dimensão *trabalhista*, uma vez que Esperança reconhece a ilegitimidade da ação do Inspetor de capturá-la para ser sua cozinheira pessoal, forçá-la a realizar uma multitude de outros serviços na Casa Grande (bem como os demais sujeitos escravizados) e impedi-la de ver o marido; há uma violência perpetrada em dimensão *política* pela negação de direitos básicos, pela repressão e punição diante da recusa da realização dos múltiplos trabalhos exaustivos e pela falta de acesso (ou existência) de um canal para os escravizados reivindicarem seus direitos; e, finalmente, há uma violência de cunho *ideológico* a partir da construção dominante de imagens racistas e sexistas de mulheres negras como promíscuas e passivas, a fim de justificar sua opressão (Collins, 2000, pp. 4-5).

Seria esta uma leitura excessiva das entrelinhas da carta de Esperança? Como posso provar, sobretudo, seu diagnóstico da última forma de opressão desenvolvida por Collins (ideológica)? Peço que consideremos que uma das razões pelas quais Esperança se encontrava um “colchão de pancadas” nas mãos de Vieira de Couto seria resultado de sua *recusa* ou *retaliação* em relação aos avanços sexuais do Inspetor (Souza, 2014, p. 362). Ou seja, de maneira contrária à noção da democracia racial de que a miscigenação impulsionava relações harmônicas entre Casa Grande e Senzala e também a inclusão social do negro, Esperança Garcia identificava o oposto — consonante com os escritos de Lélia Gonzalez (1984, p. 234), a “iniciação e a prática sexual [do homem branco] com

Valdivia *Entre a teoria e a liberdade: pluralizando os arquivos das Relações Internacionais a partir de fabulações críticas sobre Esperança Garcia.*

crioulas” era fruto do simultâneo desejo do colonizador pela mulher negra e das suas tentativas de reprimí-lo por meio da violência.

Quais são as estratégias de Esperança para teorizar e, ao mesmo tempo, negociar sobre sua própria liberdade? Além de denunciar os maus tratos sofridos sob a administração de Vieira de Couto, ela reivindicava o direito de retorno ao marido na Fazenda Algodões e de batismo de sua filha e de mais dois outros filhos de suas amigas em cativo. Para tal, ela subverte o que Audre Lorde chama de “*as ferramentas do senhor*”¹¹ (2021) ao reivindicar para si os direitos (e proteção) garantidos pelos costumes matrimoniais e religiosos da época — “fazer vida com seu marido” e exercer a prática do catolicismo. Ela também as usa contra o próprio senhor, uma vez que faz da língua escrita um instrumento legal contra a mesma autoridade que a legitima.

Finalmente, segundo a ética do cuidado (Collins, 2000, p. 264) como base da produção epistemológica negra, a apresentação de si e de outras mulheres negras como vítimas de violência semelhante indica um *conhecimento* e, sobretudo, uma *reivindicação* elaborada de maneira conjunta por meio do diálogo em comunidade. Me parece, portanto, que minha fabulação/especulação crítica sobre Esperança Garcia está em concordância com as conclusões apresentadas por Kazanjian (2016) em seu próprio exercício especulativo:

E se esta carta desafiar a ideia de liberdade como algo a ser calculado e codificado, como algo que constitui uma ruptura definitiva com a escravidão, como algo que deve ser conquistado de um senhor através do trabalho árduo? E se também oferecer uma espécie de tratado sobre a liberdade como sempre intimamente e recursivamente ligada à servidão. Mais ainda, e se ela argumentar que a liberdade é algo estruturado pela surpresa: algo que alguém encontra inesperadamente, algo que nos surpreende, algo para o qual não estamos preparados, que até nos ataca sem avisar? (Kazanjian, 2016, p. 142, tradução nossa).

Não se sabe o que exatamente aconteceu com Esperança Garcia nos anos subsequentes ao envio da carta. Sabe-se que ela fugiu e precisou de uma rede de apoio para entregar a carta ao Governador. Sabe-se que ela conseguiu. Imagina-se a surpresa que este Governador teve diante das teorizações de Esperança para negociar sua própria liberdade — ou melhor, de sua *teoria como prática de libertação* (bell hooks, 2013).

¹¹ Audre Lorde afirma que “as ferramentas do senhor jamais derrubarão a Casa Grande” (2021). Argumento, logo em seguida, que este não parece ser exatamente o objetivo de Esperança Garcia. Ela não parece pretender se libertar *plenamente* da Casa Grande, mas habitar os interstícios e as ambivalências entre a liberdade e o cativo, utilizando, portanto, a própria terminologia do senhor (contra ele) para fazê-lo.

Imagina-se, também, que este Governador solicitou que Vieira de Couto se apresentasse para depoimento. Não se sabe o que aconteceu com ele. Sabe-se, entretanto, que Esperança Garcia foi novamente avistada em um documento de 1778, de volta à Fazenda Algodões, então com 27 anos e junto do marido Ignácio (Biblioteca Nacional Do Brasil, 2020; Sousa & Silva, 2017, p. 19).

4. Teoria como prática de libertação,¹² uma reprise

Neste artigo, busquei desenvolver caminhos epistemológicos e ontológicos a partir dos conceitos de fabulação (Hartman, 2020 [2008]) e interrupção crítica (Spivak, 2008) articulados por David Kazanjian (2016), juntamente com a produção de conhecimento pós-colonial e do feminismo negro para engajar produtiva e radicalmente com os hiatos e os silêncios do inverificável do arquivo colonial.

Em um primeiro momento, busquei alargar e aprofundar nossas concepções sobre os arquivos epistemológicos da disciplina de Relações Internacionais a partir de um olhar pós-colonial, decolonial, pós-estruturalista e feminista negro que questiona e subverte as narrativas dominantes sobre o que configura um conhecimento legítimo do internacional e, ainda, oferece caminhos outros para conceber os agentes, as temporalidades e os espaços da produção de conhecimento. Este movimento, que abre espaço para formas não-hegemônicas de engajar com a epistemologia, permite a reconstituição e o resgate de vivências, narrativas e histórias sobre mulheres negras em cativeiro a partir de um “conhecimento oposicional” (Collins, 2000, p. 9) que, de maneira insubmissa, desafia os limites dos arquivos disponíveis a partir da *fabulação* criativa sobre suas possibilidades e seus silêncios.

Em um segundo momento, coloquei em prática o exercício imaginativo crítico proposto por Saidiya Hartman (2020 [2008]) por meio da leitura do escasso arquivo colonial afro-brasileiro sobre Esperança Garcia, uma mulher negra escravizada reconhecida pela OAB/PI em 2017 como a primeira advogada piauiense (Instituto Esperança Garcia, s/d). Habitando as fronteiras dos silêncios e das violências deste arquivo colonial de maneira produtiva, busquei recuperar não a *vida* de Esperança por

¹² O título da seção é inspirado no capítulo cinco da obra “Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade” (2013) de bell hooks com o mesmo nome.

Valdivia *Entre a teoria e a liberdade: pluralizando os arquivos das Relações Internacionais a partir de fabulações críticas sobre Esperança Garcia.*

completo, mas fornecer um breve vislumbre da potencialidade de ler seus arquivos a partir de seus modos de *teorização*.

Mais do que puramente um exercício teórico e metodológico, neste artigo busquei evidenciar a abundância de possibilidades sociopolíticas e epistemológicas que a pluralização de nossos arquivos disciplinares oferece. Para além de constituir um movimento de repensar o que tradicionalmente compreendemos como “*o internacional*”, as reflexões aqui desenvolvidas diante do escasso arquivo colonial de/sobre Esperança Garcia abrem possibilidades para discussões mais abrangentes e complexas sobre o cenário educativo brasileiro — quais são as histórias que contamos sobre nosso passado? Quais são os parâmetros tradicionalmente utilizados para legitimar um sujeito como produtor de conhecimento? Quais as potencialidades na viabilização de documentos que contam histórias de pessoas racializadas, tal qual os de Esperança Garcia, para o desenvolvimento de cursos, currículos e programas de ensino mais plurais e igualitários?

A partir do protagonismo de mulheres negras (dentro e fora da academia) como produtoras de conhecimento através do tempo e espaço, este artigo engajou com a perspectiva de bell hooks sobre a teoria como processo de libertação (2013) de duas maneiras relacionadas: a primeira, a partir da análise do escasso arquivo sobre/de Esperança Garcia de modo a compreendê-la como uma *teórica* da própria liberdade e, ainda, como uma teórica do internacional; a segunda, a partir da perspectiva de que o resgate ou a reconstituição crítica de narrativas sobre mulheres negras atua em nosso processo de autorecuperação e de libertação coletiva como mulheres negras que lutam para enegrecer os espaços da produção de conhecimento na contemporaneidade. A história de Esperança Garcia é apenas uma em um vasto oceano pouco explorado de arquivos com experiências de pessoas racializadas. Finalizo este exercício imaginativo com um convite para o cultivo de outros anseios que, assim como eu, buscam fornecer maneiras contra-hegemônicas de compreender e praticar o ato de teorizar a partir da vida nas margens.

Referências

Biblioteca Nacional Do Brasil. (2020). Galeria Manuscritos. *Biblioteca Nacional Do Brasil*. Recuperado de: <http://bndigital.bn.br/projetos/escravos/galeriamanuscritos.html>.

Bigo, D. (2017). International political sociology: Rethinking the international through dynamics of power” In: Tugba Basaran et al. (eds.). *International Political Sociology: Transversal Lines*. London; New York: Routledge, pp. 24-48.

Carneiro, S. (2023). *Dispositivo de Racialidade: A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar.

Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the Intersection of Race and Sex. A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *The University of Chicago Legal Forum*, 140, pp. 139-167.

Collins, P. H. (2000). *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York: Routledge.

_____. (1986). Learning from the Outsider Within: The Sociological Significance of Black Feminist Thought, *Social Problems* 33 (6), pp. 14-32.

Enloe, C. (1990) *Bananas, Beaches, and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*. Berkeley: University of California Press.

_____. (1996). Margins, Silences, and Bottom Rungs: How to overcome the underestimation of Power in the Study of International Relations, In: Smith, S.; Booth, K.; Zalewski, M. (eds.) *International theory: Positivism and Beyond*, Cambridge: Cambridge University Press,, pp. 186-202.

Gonzalez, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, pp. 223-244.

Grovogui, S. (2006). *Beyond eurocentrism and anarchy: memories of international orders and institutions*. New York: Palgrave MacMillan.

Haraway, D. (2016). *Staying with the Trouble. Experimental Futures*. Durham, NC: Duke University Press.

Harding, S. (eds). (2004). *The Feminist Standpoint Theory Reader: Intellectual and Political Controversies*. Londres: Routledge.

Hartman, S. (2020 [2008]). Vênus em dois atos. *Revista Eco-Pós*, 23(3), 12–33. <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v23i3.27640>

_____. (2022). Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Hartsock, N. (1998). The Feminist Standpoint: Developing the Ground for a Specifically Feminist Historical Materialism. In *The Feminist Standpoint Revisited and Other Essays*, Boulder: Westview Press, pp. 105-132.

Valdivia *Entre a teoria e a liberdade: pluralizando os arquivos das Relações Internacionais a partir de fabulações críticas sobre Esperança Garcia.*

hooks, b. (2013). *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo Martins Fontes.

_____. (2015). *Ain't I a woman*. New York: Routledge.

Instituto Esperança Garcia. Reconhecimento pela OAB. *Instituto Esperança Garcia*, s/d. Recuperado de: <https://esperancagarcia.org/reconhecimento-pela-oab/>

Kazanjian, D. (2016). Freedom's Surprise: Two Paths Through Slavery's Archives. *History of the Present* 1 October; 6 (2): 133–145. doi: <https://doi.org/10.5406/historypresent.6.2.0133>

Leal, M. (2021). *Quando a esperança é símbolo de liberdade: Um estudo sobre a História de Esperança Garcia e a construção de sua imagem*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Fronteira Sul]. Repositório da Universidade Federal do Fronteira Sul. <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/5150>

Lorde, A. (2021). As ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande. In: *Irmã Outsider*. Belo Horizonte: Autêntica, 1. Ed; 2 reimp, pp. 135-140.

Lugones, M. & Spellman, E. (1983). Have We Got a Theory for You! *Women's Studies International Forum*, 6(6), pp. 573-581.

Mbembe, A. (2016). Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção política da morte. *Arte & Ensaios*, v. 1, n. 32, pp. 131-151 Recuperado em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>

Mohanty, C. (1984). Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. *Boundary 2* 12/13, pp. 333–58. <https://doi.org/10.2307/302821>

Mott, L. (1985). *Piauí Colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portella.

Scott, J. (1991). The Evidence of Experience. *Critical Inquiry* 17(4), pp.773- 797.

Silva, K. S. (2021). “Esse Silêncio Todo Me Atordoa”: a Surdez e a Cegueira Seletivas Para as Dinâmicas Raciais Nas Relações Internacionais. *Revista De Informação Legislativa* 58, no. 229: pp. 37–55.

Silva, L. A. (coord.) (2015). *A carta de Esperança Garcia: uma mensagem de coragem, cidadania e ousadia: conclusões acerca do projeto realizado no período 2014-2015 no âmbito do Edital Minc/UFPE 2013: Preservação e acesso aos bens do patrimônio Afro-brasileiro*. Recife; Porto Alegre: UFPE.

Sousa, M & Silva, M. (Orgs) (2017). *Dossiê Esperança Garcia: símbolo de resistência na luta pelo direito*. Teresina: EDUFPI.

Souza, E. F. (2014). Literatura Afrodescendente: da gênese dos relatos de experiências escritos pelos próprios escravos do Brasil, Cuba e Estados Unidos à tradição da narrativa

Valdivia *Entre a teoria e a liberdade: pluralizando os arquivos das Relações Internacionais a partir de fabulações críticas sobre Esperança Garcia.*

autobiográfica contemporânea da diáspora e no periódico *Cadernos Negros*. In: Eugênio, J. K. *Escravidão Negra no Piauí e Temas Conexos*. Teresina: EDUFPI, 2014. pp. 357-378.

Spivak, G (2008). Our Asias—2011: How to Be a Continentalist, In: *Other Asias*, New York: John Wiley & Sons, pp. 226–227.

Vieira, M. (2001). *A educação destinada a algumas crianças no Piauí (1730-1859)*. 183 f. [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte] Repositório Institucional UFRN. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/14389>

Zalewski, M. (1996). “All these theories yet the bodies keep piling up’: theory, theorists, theorising.” In: Smith, S; Booth, K; & Zalewski, M. (eds). *International Theory: positivism and beyond*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 340-353.